

Instrução | Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

### Juizados Especiais — Questões de 1 a 20

#### QUESTÃO 1

Sobre a formulação do pedido em Juizado Especial, é correto afirmar:

- 01) Deverá ser sempre líquido, salvo quando não for possível, de logo, determinar sua extensão, caso em que a liquidação deverá ser feita no curso da instrução, haja vista ser expressamente vedada a prolação de sentença ilíquida.
- 02) Poderão ser deduzidos pedidos alternativos ou cumulados, nessa última hipótese, desde que conexos, e a soma pode ultrapassar o limite de 40 salários mínimos.
- 03) Será registrado o pedido e, independentemente de distribuição e autuação, a secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias, se autorizada pelo juiz togado.
- 04) Será registrado o pedido e, independentemente de distribuição e autuação, a secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias, bastando seja autorizada pelo juiz leigo ou pelo conciliador.
- 05) Na hipótese de pedido de valor até 20 salários mínimos, não será admitido pedido contraposto no valor superior ao do inicial, até o limite de 40 salários mínimos, ainda que estejam as partes assistidas por advogados.

#### QUESTÃO 2

O acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas, salvo

- 01) em caso de fase ou processo de liquidação.
- 02) em caso de fase ou processo de execução.
- 03) os casos de litigância de má-fé.
- 04) quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, ainda que justificadamente, por força maior.
- 05) em caso de execução, em que foram procedentes os embargos do devedor.

#### QUESTÃO 3

A citação do réu demandado em Juizados far-se-á, **exceto**

- 01) por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria.
- 02) tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado.
- 03) sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória.
- 04) por edital, na execução, quando não encontrado o devedor, observados, no que couber, o Art. 653 e o Art. 654 do Código de Processo Civil, conforme já admitido em conclusão Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis.
- 05) independentemente de advertência da possibilidade de inversão do ônus da prova, conforme já admitido em conclusão Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis.

#### QUESTÃO 4

Extingue-se processo de Juizado sem julgamento do mérito por

- 01) prescrição ou decadência.
- 02) revelia do réu.
- 03) incompetência territorial.
- 04) incapacidade da autora, quando pessoa jurídica qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- 05) inadequação do rito, quando formulado pedido acima do teto legal de 40 salários mínimos.

#### QUESTÃO 5

Proposta ação em sede de Juizado, o réu poderá, **exceto**

- 01) reconvir.
- 02) contrapor pedido fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.
- 03) arguir suspeição ou impedimento do juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.
- 04) contestar, alegando, em seu bojo, incompetência de qualquer natureza.
- 05) ser revel, não comparecendo à sessão de conciliação ou à audiência de instrução.

#### QUESTÃO 6

Sobre a sentença prolatada em Juizado, é **incorreto** afirmar:

- 01) Dispensa relatório.
- 02) Desafia embargos de declaração que suspenderão o prazo para recurso.
- 03) Impugnada por recurso, pode ser confirmada pelos seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento de acórdão.
- 04) Pode ser prolatada apenas por juiz togado ou juiz leigo.
- 05) Pode ser prolatada por juiz togado, juiz leigo ou conciliador.

#### QUESTÃO 7

A audiência de instrução e julgamento pode

- 01) ser dirigida por juiz leigo, independente de supervisão do juiz togado.
- 02) ser dirigida por conciliador, mediante supervisão do juiz togado.
- 03) transcorrer com inspeção judicial em pessoas ou coisas, ou determinar o juiz que o faça pessoa de sua confiança, que lhe relatará informalmente o verificado.
- 04) transcorrer com inquirição de técnicos de sua confiança, permitidas às partes a formulação e perguntas, mas não a apresentação de parecer técnico de seu assistente.
- 05) transcorrer com a inquirição de testemunhas que deverão ser trazidas pelas partes, não cabendo requerer sua intimação ao juízo em nome da celeridade processual.

#### QUESTÃO 8

Quanto ao recurso inominado, previsto no Art. 41 da Lei de Juizados Especiais Estaduais, é correto afirmar:

- 01) É cabível contra a sentença proferida pelo Juízo singular, mesmo se ela for homologatória de laudo arbitral.
- 02) Será julgado por uma turma composta por três juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- 03) Poderá ser escrito ou oral.
- 04) Exige preparo que deve ser comprovado no ato de interposição sob pena de deserção.
- 05) Pode ser interposto de forma adesiva, em nome da economia processual, tal como previsto em lei.

**QUESTÃO 9**

Segundo o texto da Lei 9.099/95, são competentes os Juizados do foro, **exceto** o do

- 01) domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.
- 02) lugar onde a obrigação deva ser satisfeita.
- 03) local da situação do bem, nas ações possessórias e de despejo para uso próprio.
- 04) domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.
- 05) domicílio do autor, do local do ato ou fato ou do domicílio do réu, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

**QUESTÃO 10**

Em Juizados são admitidas provas

- 01) exclusivamente típicas.
- 02) típicas ou atípicas, desde que lícitas ou moralmente legítimas, inclusive prova pericial complexa.
- 03) típicas ou atípicas, desde que lícitas ou moralmente legítimas, inclusive inspeção judicial pessoal fora da sede do Juízo que deverá resultar em relato formal e circunstanciado do ocorrido.
- 04) típicas ou atípicas, desde que lícitas ou moralmente legítimas, inclusive inquirição de, no máximo, seis testemunhas arroladas por parte.
- 05) por todos os meios moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, podendo o juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas.

**QUESTÃO 11**

Sobre a decisão que homologa a Transação Penal, é correto afirmar:

- 01) A decisão é irrecorrível.
- 02) O meio ordinário de sua impugnação é o mandado de segurança.
- 03) O meio ordinário de sua impugnação é o recurso ordinário.
- 04) O meio ordinário de sua impugnação é a apelação.
- 05) O meio ordinário de sua impugnação é o recurso em sentido estrito.

**QUESTÃO 12**

Sobre os atos de comunicação nos Juizados Especiais Criminais, é **incorreto** afirmar:

- 01) Nos Juizados Especiais Criminais, não existe citação por edital.
- 02) Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.
- 03) Dos atos praticados em audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e os defensores.
- 04) As intimações poderão ser efetuadas por oficial de justiça, independentemente de mandado ou de carta precatória.
- 05) A prática de atos processuais em outras comarcas deverá ser solicitada por carta precatória.

**QUESTÃO 13**

Se um deputado estadual praticar um crime de competência da Justiça Estadual, cuja pena máxima seja igual ou inferior a dois anos, ele deverá ser julgado

- 01) pelos Juizados Especiais Criminais.

- 02) pela Justiça Comum de Primeira Instância, sem aplicação dos institutos da Lei 9.099/95, como audiência preliminar para Composição dos Danos Civis e Transação Penal.
- 03) pela Justiça Comum de Primeira Instância, com aplicação dos institutos da Lei 9.099/95, como audiência preliminar para Composição dos Danos Civis e Transação Penal.
- 04) pelo Tribunal de Justiça, com aplicação dos institutos da Lei 9.099/95, como audiência preliminar para Composição dos Danos Civis e Transação Penal.
- 05) pelo Tribunal de Justiça, sem aplicação dos institutos da Lei 9.099/95, como audiência preliminar para Composição dos Danos Civis e Transação Penal.

**QUESTÃO 14**

Sobre a revogação da suspensão condicional do processo, é correto afirmar:

- 01) Se o beneficiário vier a ser processado por outro crime no curso do período de prova, é obrigatória a revogação da suspensão condicional do processo, pouco importando se o crime seja cometido antes ou durante o prazo da suspensão, seja ele doloso ou culposo.
- 02) Se o beneficiário vier a ser processado, no curso do período de prova, por contravenção penal, é obrigatória a revogação da suspensão condicional do processo.
- 03) Se o beneficiário não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano, é facultativa a revogação da suspensão condicional do processo.
- 04) O indiciamento formal do beneficiário por crime doloso, no curso de inquérito policial durante o período de prova, é causa de revogação facultativa da suspensão condicional do processo.
- 05) Se o beneficiário for acusado de infração de menor potencial ofensivo, no curso do período de prova, e fizer a Composição dos Danos Cíveis, na forma do Art. 74 da Lei 9.099/95, haverá causa de facultativa revogação da suspensão condicional do processo.

**QUESTÃO 15**

Diz o Art. 85 da Lei 9.099/95: Não efetuado o pagamento de multa, será feita a conversão em pena privativa da liberdade, ou restritiva de direitos, nos termos previstos em lei.

Sobre esse dispositivo, é correto afirmar:

- 01) Foi tacitamente revogado pela nova disposição do Código Penal, sendo impossível a conversão da multa em pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
- 02) Foi parcialmente revogado pela nova disposição do Código Penal, sendo impossível a conversão da multa em pena privativa de liberdade; todavia, ainda é possível sua conversão em pena restritiva de direitos.
- 03) Deve ser interpretado em consonância com o regramento da pena de multa do Código Penal, permitindo-se, dessa forma, a conversão da pena de multa em pena privativa de liberdade e restritiva de direitos nas mesmas condições e circunstâncias previstas no Código Penal.
- 04) Continua em vigor, pois, como a Lei 9.099/95 é especial em relação ao Código Penal, o tratamento dado à pena de multa segundo o Art. 85 deve prevalecer.
- 05) Foi tacitamente revogado pela nova disposição do Código Penal, devendo, no caso, haver o prosseguimento do processo.

**QUESTÃO 16**

Um indivíduo, **A**, foi conduzido em flagrante delito à delegacia de polícia, por conduta de ameaça contra o indivíduo **B**. Na delegacia de polícia, **B** representou contra **A**. O delegado de polícia verificou que **A** é reincidente em crime doloso, e, seis meses antes da ameaça, já celebrou com o Ministério Público uma Transação Penal pelo crime de porte de drogas para consumo pessoal.

Nesse caso, o delegado

- 01) deverá lavrar o auto de prisão em flagrante, não obstante o crime seja de competência dos Juizados Especiais Criminais, pois **A** é reincidente em crime doloso.
- 02) deverá lavrar o auto de prisão em flagrante, não obstante o crime seja de competência dos Juizados Especiais Criminais, pois **A** não tem direito à nova Transação Penal, pois já foi beneficiário do instituto há menos de cinco anos.
- 03) somente poderá lavrar o auto de prisão em flagrante se **A** não for imediatamente encaminhado ao Juizado ou se recusar a assumir o compromisso de a ele comparecer.
- 04) deverá obrigatoriamente lavrar o termo circunstanciado, ainda que **A** não seja imediatamente encaminhado ao Juizado ou não assuma o compromisso de a ele comparecer, pois se trata de procedimento obrigatório de competência dos Juizados Especiais Criminais.
- 05) deverá lavrar termo circunstanciado, pois **A** é reincidente.

**QUESTÃO 17**

Sobre a necessidade de o acusado ou o réu estar acompanhado de advogado, é correto afirmar:

- 01) É imprescindível que o acusado esteja acompanhado de advogado no momento da lavratura do termo circunstanciado, na audiência preliminar de Composição dos Danos Civis, no momento da Transação Penal e na Audiência de Instrução e Julgamento.
- 02) É necessário que o acusado esteja acompanhado de advogado na audiência preliminar de Composição dos Danos Civis, no momento da Transação Penal e na Audiência de Instrução e Julgamento, não sendo imprescindível a presença de advogado no momento da lavratura do termo circunstanciado.
- 03) É indispensável que o acusado esteja acompanhado de advogado no momento da Transação Penal e na Audiência de Instrução e Julgamento, não sendo imprescindível a presença de advogado no momento da lavratura do termo circunstanciado e na audiência preliminar de Composição dos Danos Civis.
- 04) É imprescindível que o acusado esteja acompanhado de advogado na audiência de instrução e julgamento, não sendo imprescindível a presença de advogado no momento da lavratura do termo circunstanciado, na audiência preliminar de Composição dos Danos Civis e no momento da Transação Penal.
- 05) Em face dos princípios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, previstos no Art. 62 da Lei 9.099/95, o acusado poderá dispensar a presença de advogado em qualquer fase do processo.

**QUESTÃO 18**

Podem ser apresentados oralmente no Juizado Especial Criminal, exceto

- 01) a denúncia.
- 02) a queixa-crime.
- 03) a apelação.
- 04) os embargos de declaração.
- 05) a representação.

**QUESTÃO 19**

O *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais, segundo entendimento dominante nos Tribunais Superiores, deve ser impetrado perante

- 01) o Tribunal de Justiça.
- 02) a própria Turma Recursal.
- 03) o Supremo Tribunal Federal.
- 04) o Superior Tribunal de Justiça.
- 05) o Tribunal Federal.

**QUESTÃO 20**

Diz o Art. 104, parágrafo único, do Código Penal, que não importa renúncia tácita o fato de receber o ofendido a indenização do dano causado pelo crime.

Quanto à aplicação da parte transcrita do referido dispositivo à sistemática dos Juizados Especiais Criminais, é correto afirmar:

- 01) Esse dispositivo se aplica à sistemática dos Juizados Especiais Criminais, pois a reparação do dano não é causa de extinção da punibilidade.
- 02) Esse dispositivo se aplica à sistemática dos Juizados Especiais Criminais, pois a reparação do dano não extingue a punibilidade da ação penal pública incondicionada.
- 03) Esse dispositivo se aplica à sistemática dos Juizados Especiais Criminais, pois a renúncia só pode ser oferecida após o recebimento da denúncia pelo juiz, já ultrapassada a composição dos danos civis.
- 04) Esse dispositivo não se aplica à sistemática dos Juizados Especiais Criminais, porque se tratando de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- 05) Esse dispositivo não se aplica à sistemática dos Juizados Especiais Criminais, porque a reparação do dano nos Juizados Especiais Criminais extingue a punibilidade da ação penal privada até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

**Direito Constitucional — Questões de 21 a 30****QUESTÃO 21**

O constitucionalismo, como movimento político e jurídico, destinado a estabelecer os chamados Estados modernos, com a fixação de mecanismos de limitação e repartição do poder estatal, sobretudo para a proteção do indivíduo contra o arbítrio estatal, surgiu com

- 01) as revoluções liberais burguesas do século XVIII.
- 02) a Revolução Industrial de meados do século XVIII.
- 03) as revoluções proletárias do século XX.
- 04) a Revolução Tecnológica do século XXI.
- 05) a criação do chamado Estado do Bem-Estar Social, *Welfare State*.

**QUESTÃO 22**

O parágrafo único do Art. 170 da Carta Magna de 1988 tem a seguinte redação:

É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Pela clássica categorização das normas constitucionais, da doutrina brasileira, esse parágrafo trata de uma norma constitucional

- 01) de eficácia plena.
- 02) de eficácia limitada de princípio programático.
- 03) de eficácia contida ou restringível.
- 04) de eficácia limitada de princípio institutivo.
- 05) supereficaz.



**QUESTÃO 23**

São direitos sociais, **exceto**

- |               |                  |
|---------------|------------------|
| 01) moradia.  | 04) propriedade. |
| 02) lazer.    | 05) saúde.       |
| 03) trabalho. |                  |

**QUESTÃO 24**

São cargos privativos de brasileiro nato os de

- 01) carreira diplomática.
- 02) prefeito municipal.
- 03) deputado federal.
- 04) presidente de Assembleia Legislativa.
- 05) delegado da Polícia Civil.

**QUESTÃO 25**

O transporte coletivo de passageiros nas cidades é da competência

- 01) dos estados, que não podem delegar a sua execução para pessoas da iniciativa privada.
- 02) dos municípios, que devem organizá-lo e prestá-lo apenas sob o regime de concessão ou permissão, sendo-lhe vedada a execução direta.
- 03) da União, que não pode delegar a sua execução para pessoas da iniciativa privada.
- 04) dos municípios, que devem organizá-lo e prestá-lo diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sendo certo que tal serviço público não tem caráter essencial.
- 05) dos municípios, que devem organizá-lo e prestá-lo diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sendo certo que tal serviço público tem caráter essencial.

**QUESTÃO 26**

A diferença entre função de confiança e cargo em comissão, dentre outras, centra-se no seguinte aspecto:

- 01) A função de confiança pode ser exercida por qualquer pessoa, enquanto o cargo comissionado somente pode ser titularizado por servidor público ocupante de cargo efetivo.
- 02) A função de confiança não é admitida na ordem jurídico-constitucional brasileira, ao contrário do cargo comissionado, que tem expressa referência na Carta Magna de 1988.
- 03) A função de confiança somente pode ser exercida por servidor público ocupante de cargo efetivo, enquanto o cargo comissionado pode ser provido por pessoa estranha aos quadros da Administração Pública, nos casos previstos em lei e para as atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- 04) A função de confiança somente existe na União, enquanto os cargos comissionados são encontrados em todas as outras esferas federativas.
- 05) A função de confiança somente pode ser titularizada por Ministros de Estado, enquanto o cargo comissionado pode ser titularizado por quem não detém atribuições de direção, chefia e assessoramento.

**QUESTÃO 27**

Assevera o Art. 44 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Sobre o Poder Legislativo no Brasil, é **incorreto** afirmar

- 01) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo princípio majoritário.
- 02) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo princípio majoritário.
- 03) A legislatura tem a duração de quatro anos.

- 04) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- 05) A sessão legislativa é o período em que o Congresso Nacional se reúne anualmente, compreendido entre os dias 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

**QUESTÃO 28**

A respeito do Poder Judiciário, é correto afirmar:

- 01) O Supremo Tribunal Federal é o órgão competente para julgar o crime político pela via do recurso ordinário.
- 02) O Conselho Nacional de Justiça é órgão com funções jurisdicionais típicas.
- 03) A súmula vinculante não é de observância obrigatória pelo Superior Tribunal de Justiça.
- 04) É vedado ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia instalar a chamada justiça itinerante, principalmente no que se refere aos juizados especiais.
- 05) O Advogado da União, e não o Procurador da Fazenda Nacional, representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.

**QUESTÃO 29**

São impostos da competência da União e dos municípios, respectivamente,

- 01) o imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos e o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- 02) o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- 03) o imposto sobre produtos industrializados e o imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- 04) o imposto sobre importação de produtos estrangeiros e o imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- 05) o imposto sobre o valor agregado e o imposto sobre propriedade territorial rural.

**QUESTÃO 30**

Tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo

- 01) partido político que tem apenas um senador.
- 02) associação legalmente constituída e em funcionamento há menos de seis meses, na defesa de qualquer interesse do povo brasileiro.
- 03) partido político estrangeiro.
- 04) somente entidade de classe e organização sindical.
- 05) partido político com representação apenas nas assembleias legislativas dos estados brasileiros.

**Direito Processual Civil** — Questões de 31 a 40**QUESTÃO 31**

Nos termos do Art. 267 e do Art. 269, do Código de Processo Civil, há resolução do mérito quando

- 01) a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- 02) ocorrer confusão entre autor e réu.
- 03) já há coisa julgada sobre a matéria.
- 04) o pedido é considerado juridicamente impossível.
- 05) o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.

**QUESTÃO 32**

Se o réu é revel, reputam-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor,

- 01) não admitindo o Supremo Tribunal Federal, que o revel produza provas.
- 02) salvo se litisconsorte passivo unitário contestar tempestivamente, quando ficam afastados os efeitos da revelia.
- 03) independentemente da natureza e disponibilidade do direito material discutido.
- 04) mesmo que ele altere o objeto da causa, situação em que não é dado a réu novo prazo de defesa.
- 05) correndo os prazos processuais independentemente de sua intimação, ainda que tenha patrono nos autos.

**QUESTÃO 33**

São cautelas exigidas do juiz, **exceto**

- 01) mandar intimar pessoalmente os advogados para ciência da nova designação, havendo antecipação da audiência.
- 02) decidir, quando puder, do mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração da nulidade, não pronunciando nem mandando repetir o ato, ou suprir-lhe a falta.
- 03) mandar proceder à respectiva anotação pelo distribuidor, havendo intervenção de terceiro.
- 04) ouvir o autor antes de indeferir a petição inicial por algum vício na demanda, em tempo de influenciar no seu convencimento.
- 05) determinar, quando o processo ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes, a intimação pessoal para suprir a falta em 48 horas, antes de promover a extinção e o arquivamento do processo.

**QUESTÃO 34**

Sobre a disciplina legal dos prazos processuais, é correto afirmar:

- 01) Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- 02) A parte pode renunciar prazo estabelecido para si e para seu litisconsorte unitário.
- 03) Os prazos interrompem-se nos feriados.
- 04) Não há prazo, em lei, para o juiz despachar ou decidir.
- 05) Os opostos com advogados diferentes têm prazo em dobro para contestar.

**QUESTÃO 35**

Segundo a lei processual, toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo e os incapazes serão representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da lei civil, cabendo ao juiz

- 01) designar curador especial ao réu preso, se for incapaz.
- 02) designar curador especial ao réu incapaz, ainda que acompanhado de seu representante legal.
- 03) designar curador especial ao réu revel que foi citado pela via postal.
- 04) suspender o processo, se verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação de quaisquer das partes, e marcar prazo razoável para ser sanado o defeito.
- 05) suspender o processo, se verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação de quaisquer das partes, e marcar prazo razoável para ser sanado o defeito, sob pena de decretação da nulidade do processo.

**QUESTÃO 36**

Os princípios da lealdade e boa-fé processual incutem ética e probidade no processo civil, não autorizando, contudo, que o juiz

- 01) inabilite o perito para participar de outras perícias pelo prazo de dois anos, caso ele preste informações inverídicas por dolo ou culpa.
- 02) imponha a multa do Art. 14, parágrafo único, do Código de Processo Civil, ao advogado, público ou privado, que incorra em ato atentatório à dignidade da justiça.
- 03) inabilite o intérprete para participar de outros processos pelo prazo de dois anos, caso ele preste informações inverídicas por dolo ou culpa.
- 04) imponha ao devedor que frauda a execução, multa em montante não superior a 20% do valor atualizado do débito em execução, que reverterá em proveito do credor, exigível na própria execução.
- 05) imponha ao devedor, que, intimado, não lhe indica, em cinco dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores, multa em montante não superior a 20% do valor atualizado do débito em execução, que reverterá em proveito do credor, exigível na própria execução.

**QUESTÃO 37**

A coisa julgada material

- 01) imutabiliza os motivos, importantes que são para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- 02) imutabiliza a fundamentação e o dispositivo da sentença de mérito.
- 03) faz com que se considerem deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.
- 04) imutabiliza a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.
- 05) não se forma no regime geral do Código de Processo Civil, quando a decisão for de improcedência por insuficiência de provas, porquanto não tenha havido o aprofundamento necessário no exame do mérito.

**QUESTÃO 38**

São absolutamente impenhoráveis, **exceto**

- 01) recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político.
- 02) recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social.
- 03) quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 salários mínimos.
- 04) instrumentos necessários para o exercício da profissão.
- 05) veículo automotor da família do devedor, quando único.

**QUESTÃO 39**

No que diz respeito à ação meramente declaratória, é **incorreto** afirmar:

- 01) É admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- 02) É admissível reconvenção em ação declaratória, segundo entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.
- 03) Não é admissível ação declaratória para reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, por falta de interesse em mera declaração de fato.
- 04) É admissível ação declaratória, visando a obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.
- 05) Não é admissível, em regra, ação meramente declaratória de fato.

**QUESTÃO 40**

O legislador disciplina com detalhes a força probante dos documentos públicos, podendo-se identificar em seu regramento que o documento

- 01) não tem eficácia probatória, se feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais.
- 02) público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos afirmados pelo declarante na presença do escrivão, do tabelião ou do funcionário responsável.
- 03) público só faz prova da sua formação.
- 04) feito por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, ainda que não subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
- 05) público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença.

**Direito Civil — Questões de 41 a 50****QUESTÃO 41**

Em relação aos contratos no Código Civil, é correto afirmar:

- 01) Nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- 02) A aceitação fora do prazo, com adições, restrições ou modificações, não importará nova proposta.
- 03) O estipulante pode se reservar o direito de substituir o terceiro designado no contrato, dependendo da sua anuência e da do outro contratante.
- 04) Se o alienante tinha conhecimento do vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se não tinha conhecimento, tão somente restituirá o valor recebido, sem as despesas do contrato.
- 05) Aquele que tiver prometido fato de terceiro responderá por perdas e danos, quando esse o não executar.

**QUESTÃO 42**

No que se refere aos elementos acidentais do Negócio Jurídico, entende-se por Termo

- 01) o acontecimento futuro e incerto que subordina a eficácia jurídica de determinado negócio.
- 02) a espécie de determinação acessória que suspende a aquisição e o exercício do direito.
- 03) o acontecimento futuro e certo que subordina o início ou o término da eficácia jurídica de determinado ato negocial.
- 04) a determinação acessória acidental do negócio jurídico que impõe ao beneficiário um ônus a ser cumprido, em prol da liberalidade maior.
- 05) o acontecimento futuro e certo que impõe ao beneficiário um ônus a ser cumprido, em prol da liberalidade maior.

**QUESTÃO 43**

O Código Civil estabelece diversos prazos de prescrição, alguns deles de importância destacada nas relações civis e de mercado em geral, que sempre são levados ao debate nos Juizados Especiais Cíveis.

No que se refere à pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos, estabelece que sua prescrição é de

- 01) um ano.
- 02) três anos.
- 03) quatro anos.
- 04) cinco anos.
- 05) dez anos.

**QUESTÃO 44**

Sobre contrato, é **incorreto** afirmar:

- 01) A principal diferença entre contrato de prestação de serviço e contrato de emprego é a subordinação jurídica.
- 02) O contrato de serviços pode ser feito de forma verbal e por prazo indeterminado, não havendo previsão na lei quanto à sua duração.
- 03) O contrato de empreitada é um contrato não solene, que prescinde forma especial, se perfazendo pela simples declaração de vontade.
- 04) O comodato verbal é feito por prazo indeterminado.
- 05) O contrato de mútuo consiste no empréstimo de coisas fungíveis.

**QUESTÃO 45**

No que diz respeito aos contratos, é correto afirmar:

- 01) A proposta de contrato deixa de ser obrigatória se, feita sem prazo para pessoa presente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.
- 02) Na evicção, as partes podem, através de cláusula expressa, reforçar, excluir e diminuir a responsabilidade, exceto matéria de relação de consumo.
- 03) Nos contratos preliminares, esgotado o prazo, não poderá o juiz, mesmo a pedido da parte interessada, suprir a vontade da parte inadimplente.
- 04) Nos contratos de doação, se o donatário for absolutamente incapaz, não dispensa a aceitação, mesmo se tratando de doação pura.
- 05) O contrato de compra e venda é, em regra, um contrato solene.

**QUESTÃO 46**

Coação é qualquer pressão física ou moral exercida sobre a pessoa, os bens ou a honra de um contratante para obrigá-lo ou induzi-lo a efetivar um negócio jurídico.

Para que se configure a coação moral, é mister a ocorrência dos seguintes requisitos, **exceto**:

- 01) A coação deve ser a causa determinante do negócio jurídico.
- 02) Deve inculcar à vítima um temor justificado.
- 03) O temor deve dizer respeito a um dano iminente.
- 04) O dano deve ser considerável ou grave.
- 05) Ameaça do exercício normal de um direito.

**QUESTÃO 47**

Consideram-se bens singular e imóvel, respectivamente,

- 01) livro e navio.
- 02) estabelecimento comercial e fazenda.
- 03) herança e aeronaves.
- 04) patrimônio e direitos da personalidade.
- 05) rebanho e terra nua.

**QUESTÃO 48**

São características para a nulidade do negócio jurídico, **exceto**:

- 01) Ter como motivo determinante, comum a ambas as partes, o ilícito.
- 02) Ocorrer lesão ou fraude contra credores.
- 03) Não revestir a forma prescrita em lei.
- 04) Tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- 05) Ser preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.





**QUESTÃO 49**

Sobre a prova testemunhal, é **incorreto** afirmar:

- 01) A confissão é um negócio jurídico.
- 02) Qualquer que seja o valor do negócio jurídico, a prova testemunhal é admissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito.
- 03) Sendo impugnada a autenticidade da cópia conferida por tabelião de notas, deverá ser exibido o original, o mesmo devendo se dar em relação às cópias não autenticadas, quando impugnado o seu conteúdo.
- 04) A confissão feita pelo representante somente é eficaz nos limites em que esse pode vincular o representado.
- 05) Os traslados e as certidões consideram-se instrumentos públicos, se os originais se houverem produzido em juízo como prova de algum ato.

**QUESTÃO 50**

São características da nulidade relativa, **exceto**:

- 01) Não admitir confirmação.
- 02) Não se operar de pleno direito.
- 03) Atingir interesses particulares, legalmente tutelados.
- 04) A ação anulatória ser decidida por sentença de natureza desconstitutiva de efeito *ex tunc*.
- 05) Somente poder ser arguida pelos legítimos interessados.

**Direito do Consumidor — Questões de 51 a 60****QUESTÃO 51**

O objeto da relação jurídica é o produto ou o serviço.

Segundo o Código de Defesa do Consumidor, produto é qualquer bem

- 01) móvel ou imóvel, que tenha valor econômico.
- 02) fungível ou infungível, consumível, que tenha valor econômico.
- 03) consumível, material ou imaterial.
- 04) móvel ou imóvel, material ou imaterial.
- 05) fungível ou infungível, móvel ou imóvel.

**QUESTÃO 52**

Sobre propaganda enganosa, é correto afirmar:

- 01) Não constitui um ilícito penal.
- 02) É enganosa quando, por ação ou omissão, deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço, agindo, portanto, com má-fé.
- 03) Constitui ilícito penal e tem como principal característica ser suscetível de induzir o consumidor ao erro através de omissões.
- 04) Na caracterização da publicidade enganosa, exige-se a intenção de enganar por parte do anunciante, sendo, portanto, relevante a má-fé.
- 05) É exigível o prejuízo individual.

**QUESTÃO 53**

Os serviços fornecidos pelos órgãos públicos, por si ou suas empresas concessionárias, permissionárias, ou sob qualquer outra forma de empreendimento, deverão ser

- 01) proporcionais ao serviço contratado, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.
- 02) adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.
- 03) eficazes, determinados e ininterruptos, apenas
- 04) adequados, determinados, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.
- 05) eficazes, determinados, seguros e ininterruptos.

**QUESTÃO 54**

Tratando-se de banco de dados e cadastros de consumidores, é correto afirmar:

- 01) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de dez dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.
- 02) É facultado o acesso às informações aí constantes para orientação e consulta por qualquer interessado.
- 03) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores são considerados órgãos de caráter público.
- 04) Os órgãos públicos de defesa do consumidor não poderão manter cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-los pública e anualmente.
- 05) A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo poderá ser comunicada por escrito ao consumidor, mesmo quando não solicitados por ele.

**QUESTÃO 55**

Com base nas regras previstas no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- 01) O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais sua apresentação; o uso e os riscos que razoavelmente dele se espera; a época em que foi colocado em circulação.
- 02) O fabricante e o fornecedor só não serão responsabilizados quando provar que não colocou o produto no mercado; que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste; que a culpa é da concorrente, do consumidor ou de terceiros.
- 03) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação do dolo ou da culpa.
- 04) O fornecedor de serviços responde, dependentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- 05) O serviço poderá ser considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

**QUESTÃO 56**

Tratando-se de decadência, o Código de Defesa do Consumidor estabelece:

- 01) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- 02) A instauração de inquérito civil suspende a decadência, independente de seu encerramento.
- 03) O prazo decadencial inicia sua contagem a partir da data de entrega do produto ou em caso de execução do serviço, no momento de celebração do contrato.
- 04) A reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços suspende a decadência até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.
- 05) O fornecedor será compelido a substituir o produto se o vício oculto se manifestar após o término do prazo de garantia contratual.

**QUESTÃO 57**

São exemplos de sanções administrativas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor:

- 01) Multa, suspensão definitiva de atividade, revogação de concessão ou permissão de uso, inutilização do produto e cassação de licença do estabelecimento ou de atividade.
- 02) Multa, proibição de fabricação do produto, interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade e apreensão do produto.
- 03) Revogação de concessão ou permissão de uso, suspensão definitiva de atividade, apreensão do produto e imposição de contrapropaganda.
- 04) Suspensão de fornecimento de produtos ou serviço, intervenção administrativa, suspensão de fabricação do produto e imposição de contrapropaganda.
- 05) Multa, suspensão definitiva de atividade, intervenção administrativa, proibição e apreensão do produto.

**QUESTÃO 58**

O Juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade, **exceto**

- 01) quando houver ato ilícito.
- 02) quando houver infração da lei.
- 03) em casos de falência.
- 04) em casos de estado de insolvência.
- 05) em casos de encerramento ou inatividade da pessoa jurídica, provocados pelos crimes falimentares.

**QUESTÃO 59**

São aspectos importantes da proteção contratual, **exceto**

- 01) as declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo que podem vincular o fornecedor, ensejando inclusive execução específica.
- 02) o direito de arrependimento, mesmo havendo pedido expresso do consumidor.
- 03) as cláusulas contratuais que serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.
- 04) a garantia contratual, que é complementar à legal, e será conferida mediante termo escrito.
- 05) a não substituição da garantia legal pela garantia contratual.

**QUESTÃO 60**

A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em Juízo individualmente, ou a título coletivo. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a defesa coletiva será exercida quando se tratar de

- 01) interesses ou direitos difusos, interesses ou direitos coletivos e interesses ou direitos individuais homogêneos.
- 02) interesses ou direitos coletivos e interesses ou direitos individuais homogêneos, apenas.
- 03) interesses ou direitos difusos e interesses ou direitos coletivos, apenas.
- 04) interesses ou direitos difusos e interesses ou direitos individuais homogêneos, apenas.
- 05) interesses ou direitos coletivos, apenas.

**Direito Processual Penal**— Questões de 61 a 70**QUESTÃO 61**

Os indivíduos **A** e **B** praticaram o crime de estelionato. **A** adquiriu uma motocicleta numa concessionária situada no município de Salvador, pagando com um cheque falsificado, de uma conta corrente inexistente, de agência bancária em Feira de Santana. **B**, por sua vez, adquiriu um automóvel usado numa revenda situada no município de Salvador, emitindo cheque sem suficiente provisão de fundos, de sua conta-corrente de agência bancária, situada no Município de Juazeiro.

Quanto ao foro competente para julgamento dos referidos delitos, sabendo-se que os dois veículos foram entregues em Salvador, pode-se concluir:

- 01) **A** e **B** devem ser julgados perante a comarca de Salvador, que foi o local da emissão dos cheques.
- 02) **A** deve ser julgado perante a comarca de Salvador, que foi o local de obtenção da vantagem, e **B** deve ser julgado perante a comarca de Juazeiro, que foi o local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.
- 03) **A** deve ser julgado perante a comarca de Feira de Santana, e **B** deve ser julgado perante a comarca de Juazeiro, pois são os locais onde se dará a recusa do pagamento.
- 04) **A** deve ser julgado perante a comarca de Feira de Santana, pois é onde se verificará a falsidade do cheque, e **B** deve ser julgado perante a comarca de Salvador, que foi o local da emissão do cheque.
- 05) O Juízo competente, em ambos os casos, será determinado pela prevenção.

**QUESTÃO 62**

São impugnáveis por recurso em sentido estrito, **exceto** a decisão

- 01) que recebe a denúncia.
- 02) que conclui pela incompetência do Juízo.
- 03) que decide o incidente de falsidade.
- 04) do Juiz de Primeiro Grau que concede ou nega *habeas corpus*.
- 05) que concede perdão judicial.

**QUESTÃO 63**

Sobre o instituto da Liberdade Provisória, é correto afirmar:

- 01) Pode ser concedida nos casos de Prisão Temporária.
- 02) Somente pode ser concedida ao réu preso em flagrante delito.
- 03) Pode ser concedida, de ofício, sem necessidade de manifestação do Ministério Público, quando o juiz verificar a inocorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a prisão preventiva.
- 04) O pedido de Liberdade Provisória é o meio hábil para desconstituir prisão ilegal.
- 05) Cabe Liberdade Provisória no caso de prisão civil do depositário infiel.

**QUESTÃO 64**

As sentenças penais que impõem medida de segurança ao inimputável e ao semi-imputável são

- 01) condenatórias.
- 02) declaratórias de extinção da punibilidade.
- 03) absolutórias impróprias.
- 04) absolutória imprópria e condenatória, respectivamente.
- 05) declaratória de extinção da punibilidade e absolutória imprópria, respectivamente.



**QUESTÃO 65**

Sobre o *habeas corpus*, é correto afirmar:

- 01) Admite dilação probatória, como oitiva de testemunhas e realização de perícia.
- 02) Não pode ser concedido de ofício.
- 03) Não é cabível quando se tratar de imposição de pena de exclusão de militar.
- 04) Não pode ser utilizado para declaração de nulidade do processo.
- 05) Só pode ser impetrado por advogado.

**QUESTÃO 66**

Sobre o sistema de nulidades no processo penal, pode-se afirmar:

- 01) Pode o tribunal, *ex officio*, acolher nulidade não arguida no apelo ministerial, em prejuízo do réu.
- 02) É absoluta a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.
- 03) A nulidade por ilegitimidade da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais. Por isso, se o Ministério Público oferecer denúncia para um caso de ação penal privada, o querelante poderá ratificar os atos processuais, sanando a eventual nulidade decorrente da ilegitimidade da parte.
- 04) A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente deverá ser pessoal, sob pena de nulidade.
- 05) A nulidade absoluta pode ser suscitada pela defesa, mesmo após o trânsito em julgado de sentença condenatória.

**QUESTÃO 67**

Sobre a anistia e o indulto, é **incorreto** afirmar:

- 01) O indulto concedido não extingue os efeitos penais secundários, como a reincidência.
- 02) A anistia poderá extinguir tanto a pretensão punitiva quanto a pretensão executória, ao contrário do indulto.
- 03) O indulto é causa de extinção da punibilidade e é concedido exclusivamente pelo Presidente da República, que não poderá delegar tal atribuição.
- 04) A anistia é causa de extinção da punibilidade e depende de lei em sentido estrito, sendo, portanto, concedida pelo Poder Legislativo.
- 05) A anistia, uma vez concedida, não afasta eventual responsabilidade civil do anistiado.

**QUESTÃO 68**

São requisitos exigíveis para a concessão do chamado *sursis* simples, **exceto**

- 01) circunstâncias judiciais inteiramente favoráveis ao condenado.
- 02) não reincidência em crime doloso, desde que a condenação anterior não tenha sido à pena de multa.
- 03) reparação do dano.
- 04) condenção à pena privativa de liberdade não superior a dois anos.
- 05) não cabimento da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito.

**QUESTÃO 69**

Quanto à audiência de tentativa de reconciliação, prevista no procedimento dos crimes contra a honra, é correto afirmar:

- 01) Será realizada após o recebimento da peça acusatória e, se obtida a conciliação, o juiz declarará extinta a punibilidade.
- 02) Somente é cabível quando for hipótese de ação penal privada, não se aplicando quando se tratar de ação pública condicionada.
- 03) Deverão estar obrigatoriamente presentes o querelante, o querelado e seus respectivos advogados, sob pena de nulidade.

- 04) Como se trata de procedimento facultativo, a não realização da audiência de tentativa de reconciliação, quando cabível, é mera irregularidade, pois as partes podem transigir até a sentença de primeiro grau.
- 05) O juiz deverá realizar a audiência de tentativa de reconciliação, mesmo que, na data designada para tal, já tenha ocorrido a extinção da punibilidade.

**QUESTÃO 70**

O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial.

Sobre restrições quanto ao princípio da livre apreciação da prova, marque com **V** as assertivas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- ( ) A proibição de fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- ( ) As provas quanto ao estado das pessoas, quando serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil.
- ( ) A necessidade de exame de corpo de delito nas infrações que deixam vestígios.

A alternativa que apresenta a sequência correta, considerando a marcação de cima para baixo, é a

- |           |           |
|-----------|-----------|
| 01) F F V | 04) V V F |
| 02) F V F | 05) V V V |
| 03) V F V |           |

**Direito Penal— Questões de 71 a 80****QUESTÃO 71**

No que se refere ao crime de fraude processual, previsto no Art. 347 do Código Penal, é correto afirmar:

- 01) É pressuposto do delito que a fraude seja praticada na pendência de processo civil, administrativo ou penal.
- 02) É pressuposto do delito que a fraude seja praticada na pendência de processo civil ou administrativo. Se a fraude for destinada a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, o crime subsiste.
- 03) É pressuposto do delito que a fraude seja praticada na pendência de processo civil. Se a fraude for destinada a produzir efeito em processo penal ou administrativo, ainda que não iniciado, o crime subsiste.
- 04) Se a fraude for destinada a produzir efeito em processo civil, penal ou administrativo, ainda que não iniciado, o crime subsiste.
- 05) É pressuposto do delito que a fraude seja praticada na pendência de processo civil ou administrativo. Se a fraude for destinada a produzir efeito em processo penal ou processo civil em que for parte entidade da administração pública, direta ou indireta, o crime subsiste, ainda que tais processos não tenham sido iniciados.

**QUESTÃO 72**

Acerca do crime de desacato, é **incorreto** afirmar:

- 01) O advogado não tem imunidade profissional em relação ao crime de desacato.
- 02) É possível que um funcionário público, no exercício de suas funções, cometa o crime de desacato.
- 03) Não incide no crime de desacato quem lança ofensas genéricas a uma instituição.
- 04) Comete desacato quem ofende um juiz de direito, no exercício de suas funções, através de uma petição.
- 05) Não comete desacato quem, sentado na mesa de um bar, à noite, discutindo com um juiz de direito questões políticas do país, o chama de reacionário ignorante.

**QUESTÃO 73**

Um cidadão vai a uma delegacia de polícia, às 18 horas, para informar que, na casa de um vizinho, há documentos que provam a autoria de diversos crimes contra a ordem econômica. O Delegado de Polícia, diante dessa denúncia, determina a expedição de um mandado de busca e apreensão, entregue a dois agentes de polícia. De posse do mandado, os agentes comparecem à casa do denunciado às 21 horas, pretendendo revistar a sua residência. O denunciado, morador e proprietário do imóvel, impede que os agentes entrem em sua residência, trazendo consigo dois cachorros ferozes.

No caso, o crime que o denunciado cometeu contra a administração pública é

- 01) inexistente.
- 02) de desobediência.
- 03) de desacato.
- 04) de exercício arbitrário das próprias razões.
- 05) de resistência.

**QUESTÃO 74**

Uma pessoa comete crime "Azul" no dia seguinte à publicação da lei "Verde", que veio a revogar a lei "Amarela".

Sabe-se que

- A lei "Verde" está em período de *vacatio legis*.
- Tanto a lei "Verde" quanto a lei "Amarela" tratam do crime "Azul".

Após a entrada em vigor da lei "Verde", o cidadão deverá ser julgado pela Lei

- 01) "Amarela", porque a Lei "Verde" ainda não entrou em vigor.
- 02) mais benéfica, seja ela a "Verde" ou a "Amarela".
- 03) "Verde", porque o fato fora cometido após a revogação da lei "Amarela".
- 04) "Amarela", ainda que a posterior seja mais benéfica.
- 05) "Verde", seja mais benéfica ou mais severa.

**QUESTÃO 75**

Alguns crimes contra o patrimônio admitem a forma privilegiada, em que o juiz poderá substituir a reclusão pela detenção, reduzir a pena de um a dois terços ou aplicar apenas a pena de multa, se o criminoso for primário ou se de pequeno valor a coisa e/ou o prejuízo, conforme o caso.

Essa regra não está prevista no Código Penal se o crime for de

- 01) apropriação indébita.
- 02) estelionato.
- 03) receptação.
- 04) furto.
- 05) dano.

**QUESTÃO 76**

Dois rapazes, **A** e **B**, moradores do mesmo condomínio, praticam as seguintes condutas: **A** subtrai, com *animus furandi*, um aparelho de ginástica, que fica na área comum do condomínio, e o coloca no quarto de seu apartamento. **B**, aproveitando-se de que um vizinho viajou, pega as chaves do automóvel dele para "dar uma volta" durante a noite, devolvendo, horas depois, o referido automóvel, intacto e com o tanque cheio, no mesmo lugar.

Se **A** e **B** forem descobertos, as infrações penais que eles responderão são

- 01) **A**, por furto qualificado, e **B**, por crime nenhum.
- 02) **A**, por furto de coisa comum, e **B**, por crime nenhum.

03) ambos por furto qualificado.

04) **A**, por furto de coisa comum e **B**, por apropriação indébita.

05) **A**, por furto qualificado, e **B**, por estelionato.

**QUESTÃO 77**

Na forma do Art. 7º, I, do Código Penal, **não** configura caso de extraterritorialidade incondicionada o crime

- 01) contra a fé pública de sociedade de economia mista.
- 02) contra a vida de chefe de governo estrangeiro.
- 03) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- 04) contra a liberdade do Presidente da República.
- 05) contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

**QUESTÃO 78**

Exercer atividade de que está impedido por decisão administrativa configura crime

- 01) funcional.
- 02) praticado por particular contra a administração pública em geral.
- 03) contra a administração da justiça.
- 04) contra a organização do trabalho.
- 05) contra a fé pública.

**QUESTÃO 79**

De acordo com a orientação sumular oriunda do Superior Tribunal de Justiça, STJ, quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, haverá

- 01) falso.
- 02) falso em continuidade delitiva com estelionato.
- 03) falso em concurso material com estelionato.
- 04) estelionato.
- 05) falso em concurso formal com estelionato.

**QUESTÃO 80**

Sobre o crime de exercício arbitrário das próprias razões, previsto no Art. 345 do Código Penal, é **incorreto** afirmar:

- 01) A pretensão a ser satisfeita deve ser legítima. Se o sujeito ativo acreditar sinceramente na legitimidade da pretensão, mas se essa for ilegítima, não haverá o crime de exercício arbitrário das próprias razões.
- 02) É preciso que a pretensão a ser satisfeita seja suscetível de apreciação pelo Poder Judiciário.
- 03) O crime é de ação penal privada. Contudo, se houver emprego de violência contra a pessoa, a ação será penal pública.
- 04) Não é preciso, para a consumação do delito, que o sujeito efetivamente satisfaça a pretensão que pretende obter com a prática da conduta criminosa.
- 05) Não há crime quando a lei autoriza que o agente faça justiça com as próprias mãos.

\* \* \* \* \*

